



CASA AMARELA QUILOMBO URBANO AFROGUARANY: A RELAÇÃO ENTRE LUTA POR MORADIA, CULTURA DE RUA E RESGATE ANCESTRAL AFRO-INDÍGENA

Palavras-Chave: OCUPAÇÕES, MOVIMENTOS CULTURAIS, DIREITO À CIDADE

Autores(as):

SARAH APARECIDA MONTRAZIO, IG – UNICAMP

Prof^a. Dr^a. ADRIANA MARIA BERNARDES DA SILVA (orientadora), IG - UNICAMP

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa busca compreender a ascensão recente das ocupações culturais na cidade de São Paulo. Para tanto, investiga em particular a ocupação artístico-cultural Casa Amarela Quilombo Urbano Afroguarany, localizada no denominado Território Cultural da Consolação. Problematizamos que essa ocupação pode ser aprendida como um instrumento de emancipação da cultura periférica e marginalizada por meio de sua organização sociocultural de luta por moradia e por espaços de resgate à ancestralidade afroindígena.

Através de um novo modo de viver o território no decurso do cotidiano de rua e seus usos, são utilizadas a arte e a cultura de rua afrobrasileira e indígena como instrumentos de cidadania e como ferramentas motivadoras do cumprimento da função social de um imóvel que ficou ocioso por treze anos através de uma ocupação artística com a finalidade de habitar. Assim, o lugar ganha força e possibilita a criação de estratégias territoriais identitárias construídas a partir do território vivido e do enfrentamento das desigualdades presentes no espaço urbano, empregando a identidade cultural de um território como estratégia de sobrevivência e resistência.

De maneira específica, buscou-se entender como a Ocupação Casa Amarela é utilizada por meio dos movimentos culturais urbanos do centro da cidade de São Paulo e como se dá sua relação com o território. Empenhou-se também, em analisar a Ocupação como ferramenta de cidadania e direito à cidade atrelado a sua reivindicação como Quilombo Urbano no sentido de instrumentalização da luta e resistência negra e indígena sob os aparatos das leis 10.639/03 e 11.645/08.

Por meio da promoção e da criação de estratégias territoriais identitárias, construídas a partir da relação com o território vivido, praticado, e com as desigualdades presentes no espaço urbano, busca-se entender a cidade também como local de construção de resistências, um espaço coletivo de encontros, marcada por uma riqueza cultural e plural em seus diversos âmbitos, mas que vem sendo negada, apagada e apropriada pela perversidade sistêmica.

METODOLOGIA:

A metodologia utilizada configurou-se na revisão bibliográfica e no levantamento de dados secundários. Buscou-se delimitar uma base teórico-empírica acerca dos problemas oriundos do processo desenfreado e tardio da urbanização de uma das mais complexas metrópoles do Sul global, tendo como ênfase as forças ascendentes relacionadas com a questão cultural em sua relação com o cotidiano urbano. Simultâneo a isso, foi utilizado o método de investigação qualitativo através da realização de trabalhos de campo para reconhecimento do lugar estudado, assim como o uso e as relações de seus agentes com o espaço urbano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O processo de metropolização de São Paulo é marcado com a presença de um grande déficit habitacional. Segundo Santos (1990), é possível observar, desde a década de 1970, aumento contínuo de terrenos vazios,

paralelamente ao processo de esvaziamento de imóveis no centro da cidade de São Paulo, resultado, dentre outros fatores, de estratégias do mercado imobiliário e suas novas formas habitacionais, como os condomínios dispersos pela região metropolitana. Segundo dados do Censo 2022, só na cidade de São Paulo há 588.978 imóveis vazios ou abandonados. Em contrapartida, 32.721 pessoas estão desabrigadas.

Esse fenômeno fez com que as ocupações urbanas acendessem como instrumentos de denúncia da escassez de habitação e, ao mesmo tempo, possibilitasse dar um uso social às propriedades abandonadas¹. É nesse contexto que ascendem nas últimas décadas, crescentemente, diversos movimentos sociais urbanos que lutam por moradia, pela função social da cidade, da propriedade e pelo direito à cidade. Por meio de ocupações urbanas, esses movimentos buscam garantir a sobrevivência na grande cidade e dar visibilidade à questão do déficit habitacional e da falta de acesso à moradia, já que entendem a habitação como direito constitucional fundamental para garantir a vida e o exercício da cidadania. De acordo com Rodrigues (2022, pg. 24):

São muitos anos de luta sem tréguas para se ter o direito à moradia e à cidade. Várias conquistas institucionais, nem sempre viabilizadas, foram obtidas no período que se estende do final da década de 1980 até 2016. [...] As lutas históricas pelo direito à moradia e à cidade que ganharam institucionalidade ‘desapareceram’, mas a luta pela moradia com o um direito humano permanece e não tem trégua, porque se trata da luta pela vida.

Segundo dados da Prefeitura Municipal de São Paulo, no ano de 2018, foram identificadas 75 ocupações urbanas, com foco na questão de habitação, distribuídas majoritariamente entre as regiões da Lapa, Mooca, Sé, Pinheiros, Vila Prudente e Itaquera. Dessas, mais da metade estão localizadas na região central da cidade, conforme indica o mapa abaixo.

LOCALIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES

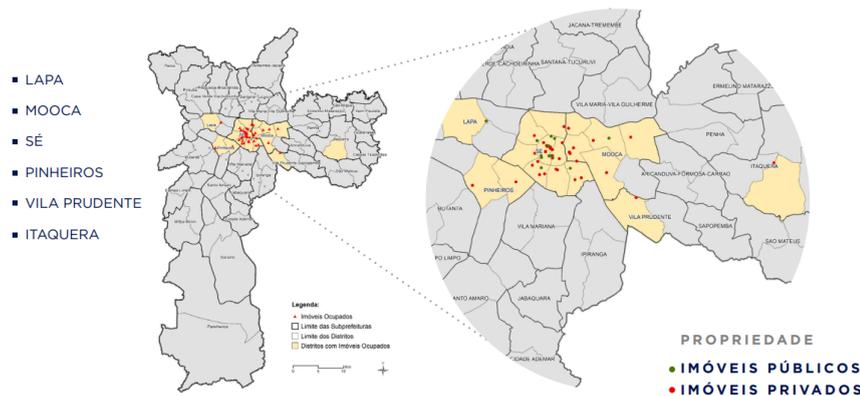


FIGURA 1: Pesquisa de Ocupações. PMSP cidade de São Paulo. Fonte: Gestão Urbana da Prefeitura de São Paulo (2018)

Estes movimentos de luta por moradia vão além da reivindicação do direito à habitação. São também responsáveis pela constituição de forças coletivas e, por isso, a construção e manifestações culturais tornam-se presentes em sua maior parte. É através da ressignificação, ocupação e função social de imóveis antes ociosos, que se observa o surgimento e a consolidação de laços e vínculos, fortalecendo solidariedades geográficas (Santos, 2005). Segundo Harvey (2014, p.82):

Há, entretanto, movimentos sociais urbanos procurando superar o isolamento e remodelar a cidade segundo uma imagem diferente da que apresentam os empreendedores, que são apoiados pelas finanças, pelo capital corporativo e um aparato local do Estado progressivamente preocupado com o empresariamento.

Assim, dentro do vasto leque de ocupações urbanas, na última década, observou-se um aumento frequente de Ocupações Culturais. É nesse momento, inclusive, que surge o Bloco de Ocupações Culturais de Espaços Públicos, movimento que busca conectar as ocupações culturais da cidade de São Paulo. No Brasil, apesar de ser um fenômeno bastante jovem e marginal, essas, por sua vez, apresentam especificidades próprias em suas reivindicações. Segundo Pinzan (2021, pg. 33):

Enquanto realizam alternativas na prática, as ocupações culturais criam uma solução radical para um problema material, ao mesmo tempo em que fomentam uma fonte de imaginação política capaz de transformar estruturas mais amplas a partir de suas ações em um nível micro.

¹ José (2010, p. 32): de fato, segundo os dados do IBGE, a região central havia perdido cerca de 70.000 habitantes entre 1980 e 1990, O esvaziamento habitacional era interpretado sob duas óticas: a de que, estando vazios os espaços, eram ocupados por marginais e moradores de ruas, e a do desperdício de infraestrutura frente ao déficit habitacional da cidade, A primeira perspectiva alinhava-se com a ideia de fomentar a vinda da classe média para o Centro, e a segunda voltava-se para a implantação de moradias populares.

Ferramentas de denúncia à falta e escassez de políticas urbanas e culturais abrangentes, as Ocupações Culturais acendem como um tipo novo de política pública não institucional, transformando espaços antes ociosos em pontos efervescentes de cultura urbana, popular, jovem, autônoma e abrangente, dialogando com o território e com os agentes que o constroem diariamente no decorrer do cotidiano.

Em consulta à base de dados do Ministério da Cultura (MINC), através do portal Mapa da Cultura, a cidade de São Paulo, caracterizada pela sua pluralidade cultural, carece de equipamentos públicos que fomentem a produção e o desenvolvimento de culturas descentralizadas, como as Casas e os Centros de Cultura.² A cidade, com 11.451.245 de habitantes distribuídos em quase 100 bairros, segundo o Censo IBGE 2022, possui menos de 50 equipamentos de cultura descentralizada, sendo o restante caracterizados por Organizações da Sociedade Civil (OSC's), Centros Comunitários e Ocupações e apropriações de espaços ociosos.

É nesse contexto que a ocupação artístico-cultural Casa Amarela Quilombo Urbano Afroguarany surge. Ocupada em 2014 por aproximadamente 100 artistas do Movimento de Ocupação de Espaços Ociosos (MOEPO), a Casa Amarela, como é conhecida, contou em seus primeiros anos de movimento com aproximadamente 50 artistas-moradores, servindo de ateliê criativo para as manifestações artísticas da cultura hip-hop e das artes urbanas criminalizadas, marginalizadas e que não possuem espaços nos grandes centros culturais. Embora presente na região central, uma característica predominante das ocupações culturais é a sua distribuição predominantemente descentralizada na cidade, como indicado na figura 2, justamente pela carência de equipamentos públicos de fomento cultural na periferia de São Paulo. Segundo Marino e Silva (2019, pg. 343):

Além de cumprir sua função social, ocupar os transforma em lugares de produção cultural coletiva e emancipatória, referência em seus territórios e para os circuitos culturais e das lutas na metrópole.

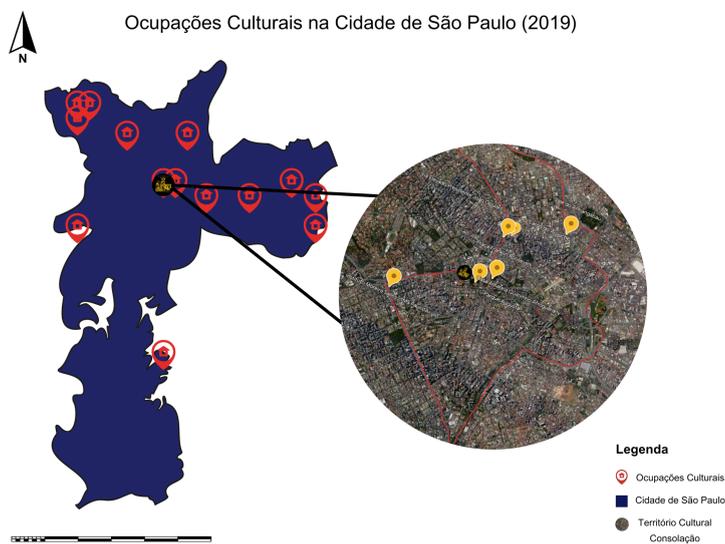
Localizada dentro de um Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP)³, conforme o Plano Diretor Estratégico (PDE) da cidade de São Paulo de 2014, a ocupação foi mapeada como um dos pontos de cultura dessa região denominada “Território Consolação”, abrigando uma complexa particularidade no que diz respeito aos movimentos culturais nela presentes: a grande maioria desses movimentos possuem uma relação contra-hegemônica com o modo de viver o urbano, a cidade e o território no decurso do cotidiano de rua e seus usos, utilizando a arte e a cultura de rua, portanto, como instrumentos de construção de cidadania e de direito à cidade. Ribeiro (2005) nos ajuda a problematizar e refletir a potência desses movimentos ao considerar que:

Conquista-se espaço através de atos que confrontam a reprodução sistêmica da vida urbana. Trata-se de apropriações do espaço expressivas de racionalidades alternativas ainda em processo de sistematização. Porém, ensaios dessa sistematização são identificáveis na repetição de formas de apropriação espacial por distintos atores políticos e movimentos sociais. Nessa repetição, é possível reconhecer sintomas de que se encontra em germinação uma outra cidade (Santos, 2000), bem diferente daquela imaginada pelos que anseiam pela materialização, no país, da face luxuosa, gestora e contemplativa da cidade global. (RIBEIRO, 2005, p.421)

Desde o início de sua ocupação, a Casa Amarela passou a abrigar e ser palco das manifestações artísticas e culturais pulsantes dessa região. Funcionando como um Ateliê de Criação e Centro Cultural, durante os sete dias da semana, dez horas por dia, recebe os mais diversos artistas, grupos e coletivos da região. Desde skatistas que ocupam a Praça Roosevelt e o Vale do Anhangabaú, os coletivos LGBTQIA+ do Largo do Arouche, os grupos de danças Afro-diaspóricas, as cenas de teatros de rua da cidade até os pixadores e grafiteiros. Através da imagem abaixo, é possível observar a localização dos locais citados, configurando a proximidade e conseqüentemente relação com a Casa Amarela.

² Os centros culturais são uma junção desses espaços, sendo bibliotecas, galerias, anfiteatros, museus, salas de estudo, oficinas, entre outros espaços que tem como objetivo propagar cultura e informação, além da união social em uma esfera que promove a cultura e lazer (MILANESI, 1997). Já a expressão casa de cultura pode designar: um centro cultural pequeno, situado em bairros e periferias, com pouco equipamento e acervo com função de reprodução da cultura instituída; modestas instituições direcionadas para a propagação de uma espécie cultural própria, como poesia ou teatro, ou personalidades destacadas (COELHO, 1986). PINTO; FERNANDES (2021, p.27)

³ Os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP) é um novo instrumento para a gestão urbana no Plano Diretor de São Paulo de 2014, que foi aprovado mediante iniciativa popular, no qual se reconhece uma região da cidade com concentração de espaços, valores ambientais, atividades e instituições culturais, assim como elementos urbanos materiais, imateriais e de paisagem significativos para a memória e a identidade da cidade. São, portanto, formadores de polos singulares de atratividade social, cultural e turística, de interesse para a cidadania cultural e o desenvolvimento sustentável (LAB CIDADE, 2019).



Fonte: Dados da Gestão Urbana da Prefeitura Municipal de São Paulo (2018) e Lab Cidade (2019). Elaboração Própria do Autor (2023).

É dessa maneira que a Casa Amarela se insere na luta por cumprimento da função social da propriedade e da cidade, considerando, entre outros fatores, que ocupa um imóvel que ficou ocioso por treze anos. Através de uma ocupação artística com a finalidade de habitar, o lugar ganha força e possibilita a criação de estratégias territoriais identitárias construídas a partir do território vivido e do enfrentamento das desigualdades presentes no espaço urbano, empregando a identidade cultural de um território como estratégia.

Partindo ainda do entendimento de Quilombo como ferramenta de luta e de conotação ideológica, desde o ano de 2016, por meio do Fórum de Rua: Resistência Urbana Afroindígena, o espaço Casa Amarela passou a autodeclarar-se como Quilombo Urbano Afroguaraní, tornando-se o primeiro quilombo urbano de artistas da cidade de São Paulo, compreendendo-se portanto, os quilombos urbanos como territórios étnicos de resistência (Paim, Pinheiro e Paula, 2019). Sendo assim, para além de um movimento de luta pelo direito à cidade e à moradia, o Quilombo Urbano Afroguaraní apropria-se e reivindica o território e a cidade por meio do resgate ancestral das práticas culturais negras e indígenas.

De organização horizontal e compartilhada, a Casa Amarela encontra-se sob gestão do Laboratório Compartilhado Todo Mundo 13 (TM13), movimento de resistência contra a higienização do centro e pela utilização de espaços ociosos para a cultura que possui como lema principal a frase: “A rua é meu palco, a arte minha vida”.

Sob a nova gestão, a Casa Amarela passou a desenvolver atividades educativas sobre história da África e cultura Guarani reivindicando o fomento das leis 10.639/03 e 11.645/08. [...] Além disso, mantém uma grade de atividades e oficinas abertas, fomentando um trabalho artístico-educativo continuado na região. (PINZAN, 2021. PG.137)

Desde o ano de 2016, vem havendo uma tentativa de reincorporação do prédio pela Prefeitura da Cidade de São Paulo. Em um primeiro momento, com um pedido de Reintegração de Posse, tática utilizada frequentemente pela gestão municipal em ocupações urbanas. Em um segundo momento, após 4 tentativas de reintegração de posse, passa-se a acontecer uma série de reuniões e audiências para chegar-se em um comum acordo com a Prefeitura e a Secretaria Municipal de Cultura (SMC). Atualmente, a ocupação está passando pelo processo de Zeladoria Colaborativa⁴ por meio de parceria com o Instituto Sarasá, responsável por restaurações de Patrimônios Históricos, pelo fato da ocupação se tratar de um casarão antigo do século XIX.

Assim, todos esses embates e conflitos, trazem a tona uma contradição: por um lado, com a apropriação do espaço pelos órgãos públicos, há a possibilidade de maior incentivo via políticas públicas para as manifestações culturais ocorridas na casa, por outro lado, com a patrimonialização do espaço, há uma tendência à realocação temporária dos artistas-residentes da ocupação e uma possível perda de autonomia por parte dos coletivos e gestão. Além disso, se regularizado, espaços como a Casa Amarela, a depender da gestão pública, tendem a se tornar espaços sucateados, como grande parte dos pontos de cultura da cidade de São Paulo e podem inclusive tornarem-se pontos turísticos “pitorescos”, por se tratar de um patrimônio histórico, como aponta Pinzan (2021).

⁴ A proposta desse conceito é a de capacitar a comunidade que se forma em torno de determinado imóvel a realizar pequenos, porém acertados, reparos cotidianamente, criando vínculos afetivos e de apropriação do espaço e dando vida a ele. Esse tipo de prática e de relação com o espaço vem a ser exatamente o que o coletivo da Casa Amarela já fazia por conta própria e também propunha através do seu modo gestão coletiva do espaço. (PINZAN, 2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a discussão aqui proposta, pôde-se concluir, até o presente momento, que a cidade de São Paulo, imbuída por sua vez de uma complexidade bastante característica das grandes metrópoles terceiro mundistas, apresenta um vasto leque de problemas e enfrentamentos espacializados sobre a vida urbana. Paralelo a isso, observa-se no cotidiano vivido a insistente luta pela cidadania, pelo direito de morar e principalmente pela vontade de construir um espaço de todos, representado nas mais diversas manifestações, por meio das formas de resistência pujantes no cotidiano compartilhado por todos e fortalecido pela solidariedade, como é o caso da Casa Amarela Quilombo Urbano Afroguarany.

Através do entendimento do mundo pelos lugares (Santos, 2002), pelos territórios praticados (Ribeiro, 2005), a Casa Amarela é apreendida não somente como respostas aos problemas habitacionais, mas também como espaços onde a cultura de rua - em grande parte e em sua essência, negra - possa pulsar e reivindicar outros mundos possíveis (Santos, 2004).

Estes movimentos de luta por moradia vão além da reivindicação do direito à habitação. São também responsáveis pela constituição de forças coletivas e, por isso, a construção e manifestação de culturas conjuntas tornam-se presentes em sua maior parte. É através da resignificação, ocupação e função social de um espaço antes ocioso que se observa o surgimento de laços e vínculos mais duradouros. As ocupações e suas ações políticas surgem, portanto, como respostas daquelas pessoas que são colocadas à margem do modelo de cidade construída para poucos, pautada na destruição da historicidade dos lugares e saberes, nas especulações imobiliárias e nas arquiteturas de segregação urbana.

BIBLIOGRAFIA

- FERNANDES, Fabrícia Dias da Cunha de Moraes; PINTO, Raphaela Leticia Rozendo. Os Espaços De Cultura Como Articuladores Sociais Educacionais e Afetivos. *Colloquium Socialis*. [S.L.], v. 5, n. 3, p. 25-37, 20 dez. 2021. Associação Prudentina de Educação e Cultura (APEC). <http://dx.doi.org/10.5747/cs.2021.v5.n3.s144>.
- HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- JOSÉ, Beatriz Kara. **A popularização do centro de São Paulo**: um estudo de transformações ocorridas nos últimos 20 anos. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-19012011-105342/?&lang=pt-br>. Acesso em: 19 abr. 2023.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CENSO 2022**. Brasília, DF: IBGE, 2023.
- LAB CIDADE. **Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem em São Paulo – TICP**. In Direito à paisagem e ao ambiente: Universidade Livre e Colaborativa. São Paulo -SP, 2019. Disponível em <https://www.labcidade-paisagem.fau.usp.br/4-TICP-geral/>.
- MARINO, A. ; SILVA, G. . As ocupações culturais na cidade de São Paulo e as lutas contra a cidade neoliberal. **Indisciplinar**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 342–361, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32764>. Acesso em: 02 de mar. 2023.
- PAIM, Elison Antonio; PINHEIRO, Patrícia Magalhães; PAULA, Josiane Beloni de. Educação, relações etnicorraciais e decolonização na práxis de professores/as. *Perspectiva*, [S.L.], v. 37, n. 2, p. 437-452, 28 jun. 2019. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795x.2019.e52614>.
- PINZAN, Matheus Del' Arco. **As ocupações culturais no centro de São Paulo: encaixes, desencaixes e ambiguidades entre sociedade civil e Estado na governança da cultura**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/D.8.2021.tde-05112021-220521. Acesso em: 2023-04-17.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade Hoje: leitura da experiência urbana. *Caderno CRH*, Salvador, v.18, no 45, p. 411-422. Set/Dez. 2005.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. O direito à cidade e à moradia nas cidades brasileiras. *Espaço e Economia*, [S.L.], n. 24, p. 1-24, 23 dez. 2022. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/espacoeconomia.22889>.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. Coleção Milton Santos, São Paulo: Edusp, 2005.
- _____. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo : Publifolha, 2002.
- _____. **Tamanho da cidade, especulação, vazios urbanos**. In: *Metrópole corporativa fragmentada São Paulo*, Nobel, 1990. p. 17-35.
- _____. ELOGIO DA LENTIDÃO. *Revista Trabalho Necessário*, 2(2). <https://doi.org/10.22409/tn.2i2.p3653> (2004).
- SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO. **Função Social Da Propriedade. Parcelamento, Edificação E Utilização Compulsórios Em São Paulo**. Coordenadoria De Controle Da Função Social Da Propriedade - Relatório Anual 2017 e Plano de Trabalho 2018. São Paulo, 2018